

# WITTGENSTEIN E O PRAGMATISMO

Wagner Teles de Oliveira

Universidade Estadual de Feira de Santana

woteles@gmail.com

**RESUMO:** Em Da Certeza, Wittgenstein faria ver que a fixação do sentido é definida pragmaticamente, ou seja, os limites do sentido não podem ser postos de uma vez por todas nem podem figurar essencialmente em proposições. As nossas práticas judicativas constituem uma forma de agir e de julgar que resta como fundamento dos jogos de linguagem – o fim da justificação – na medida em que encerra as condições de possibilidade de elaboração de proposições significativas. Uma tal forma é notadamente veiculada por elementos normativos, regras de uso conceitual que exprimem a objetividade com a qual o emprego de expressões lingüísticas deve contar. Assim, a compreensão lingüística depende dos modelos estipulados por regras que secretam os limites do sentido. Contudo, se estabeleça em terreno no qual não é possível uma distinção formal entre o possível e as condições de possibilidade, o descritivo e o normativo. Que a forma de julgar da qual depende o sentido de nossas construções simbólicas seja resultante das práticas judicativas significa duas coisas: (1) a significatividade de nossas elaborações lingüísticas relaciona-se com regras que se reportam a um campo de certezas definido pragmaticamente, i. e., não se trata de princípios formais; (2) esse campo de certeza desenha uma Weltbild, espaço lógico contra o qual decidimos o sentido proposicional. A dificuldade é entender como uma Weltbild se estabelece de acordo com sua capacidade de dar conta de certos propósitos, de sorte que resulta de escolhas

arbitrárias, sem que a verdade proposicional se relacione com sua utilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sentido proposicional. Imagem de mundo. Pragmatismo.

**ABSTRACT:** In *On Certainty*, Wittgenstein would make us see that the fixation of meaning is pragmatically defined. Meaning that the limits of meaning cannot be imposed once for all either can't figure essentially in propositions. As our judgement practices create a way of acting and judge what is left as foundation of language games – the end of justification – as it concerns the conditions and possibilities of meaningful propositional elaboration. One such a form is notably propagated by normative elements, rules of conceptual use that express in an objective way with the use of linguistic expressions must count on. Being so, the linguistic comprehension depends on models stipulated by rules that expose the limits of sense. However, it establishes itself in a field where it's not possible to create a formal distinction between what is possible and the conditions of possibility, the descriptive and the normative. The way of judging that is fundamental to give sense to our symbolic constructions be resultant from our judgement practice means two things: (1) the meaningfulness of our linguistic elaborations relates to rules that report themselves to a field of certainty pragmatically defined, i. e. it doesn't relate to formal principles; (2) This field of certainty draws a *Weltbild*, a logical space against what we decide the propositional sense. The difficult is to understand how a *Weltbild* establishes itself according to its capacity of englobe certain intentions resulting in arbitrary choices, without the propositional truth being related to its utility.

**KEY-WORDS:** Propositional sense. World picture. Pragmatism.

“Aber bist du kein Pragmatiker? Nein. Denn ich sage nicht, der Satz sei wahr, der nützlich ist. Der Nutzen, d. h. Gebrauch, gibt dem Satz seinen besondern Sinn, das Sprachspiel gibt ihm ihn.”  
Ludwig Wittgenstein<sup>1</sup>

“Assim – diz Wittgenstein – estou tentando dizer algo que soa a pragmatismo”<sup>2</sup>. Aos olhos do autor, essa afirmação não seria uma constatação que pudesse traduzir, com fidelidade, algum resultado de sua filosofia. Ao contrário, com essa afirmação, Wittgenstein reiteraria a recusa de que qualquer resultado filosófico de sua reflexão tardia sobre a certeza pudesse ser compreendido como inscrito no rol do pragmatismo. No entanto, é verdade que, no contexto teórico dessa reflexão, a certeza é compreendida como elemento constitutivo da base da ação e do pensamento, na exata medida em que a convicção de fundo desenhada por ela seria essencial ao curso de nossas práticas.<sup>3</sup> Por outro lado, as proposições gramaticais, que veiculam essa certeza, não poderiam ser definidas categoricamente, o que não é senão uma consequência da idéia de que a certeza tão essencial à ação, ao pensamento e à linguagem não poderia independe das práticas que ela condiciona. Trocando em miúdos, as condições lógicas que tornam possível a elaboração de proposições significativas são constituídas pragmaticamente, também no sentido de que são resultantes de escolhas que poderiam ser outras. Essa arbitrariedade gramatical, por seu lado, associa-se à ausência de razões de nossas convicções, de sorte que a gramática é autônoma em relação ao curso da experiência na mesma medida em que é arbitrária. Assim, o espaço gramatical no qual são tramadas as condições de sentido mantém-se firme, dentre outras razões, por servir aos nossos propósitos. No entanto, por constituir-se pragmaticamente, não poderia se estabelecer com inteira independência da experiência. A dificuldade aqui é compreender como as condições de sentido podem ser fixadas com necessidade, não obstante o terreno movediço em que elas se inscrevem, e como disso não resultaria uma perspectiva pragmatista.

Diante da atribuição da construção das condições lógicas da significação à práxis lingüística não faltam intérpretes que reconheçam pragmatismo em Wittgenstein. Por exemplo, partindo da

distinção elaborada por Robert Brandom entre uma concepção irrestrita de pragmatismo e uma estrita, Moyal-Sharrock pretende filiar Wittgenstein a uma perspectiva pragmatista diferente da que ele rejeita, fazendo-o pertencer à família de filósofos que acentuam o primado do agir. De acordo com aquela distinção, enquanto uma concepção irrestrita de pragmatismo centra-se na relação entre as crenças e a utilidade, uma concepção estrita volta-se à relação entre as crenças e as práticas. Em sendo assim, a filosofia tardia de Wittgenstein seria pragmatista em um lato sensu, pois concebe o significado como uso e insiste no “anthropological and logical primacy of the deed over a word (In the beginning was the deed”) and his revaluation of some of our words as deeds largely justify his affiliation to broad pragmatism.”<sup>4</sup> Moyal-Sharrock convoca em auxílio de sua leitura Jacques Bouveresse e Hillary Putnam. Bouveresse distinguiria um pragmatismo à William James, baseado na utilidade, de um pragmatismo de vertente peirceana que pode ser definido como um método de análise ou clarificação conceitual, não concernido com a verdade, justificação ou racionalização de nossas crenças. Por essa perspectiva, a perspectiva de Wittgenstein então integraria a linhagem de pragmatismo peirceano; já Putnam sugere que, ainda que Wittgenstein não seja um pragmatista em sentido estrito, ele partilharia uma central – e talvez, a principal – ênfase do pragmatismo, a saber: “a ênfase sobre o primado das práticas.” A atribuição de pragmatismo a Wittgenstein interessa a Moyal-Sharrock à medida que a sua leitura identifica os pontos de vista anti-cético e falibilista como os mais distintivos aspectos da perspectiva pragmatista. Todavia, isso não deve nos interessar, mas não simplesmente em razão de Wittgenstein afirmar explícita e repetidamente que a sua reflexão não redundava em pragmatismo, mas sim porque nos interessa compreender o significado dessa afirmação de Wittgenstein.

## II.

A certeza, aos olhos de Wittgenstein, deve subordinar-se aos movimentos que a constituem, de modo que o conjunto de razões de uma *Weltbild* conservaria a possibilidade de reorganização. Desse modo, a necessidade dessa certeza quanto mais envolve a convicção de que regras não seriam arbitrárias menos ela poderia desfa-

zer-se do fluxo pragmático; pois, que essas regras não possam constituir-se com independência de sua aplicação quer dizer também que a aplicação não corresponde apenas à determinação de regras.<sup>5</sup> Ou seja, as regras que governam o uso da linguagem exprimem limites da aplicação que todavia não podem abandonar a possibilidade de alteração. Com isso, os limites entre o significativo e o não significativo não podem ser decididos de uma vez por todas.

A *Weltbild* é então signo inequívoco da objetividade da certeza que as proposições gramaticais exprimem, de modo que as suas razões constitutivas não são tecidas à maneira de hipóteses, antes sim, elas condicionam o nosso modo de produzi-las. Assim, se dilui a possibilidade de relativismo – sinal disso é que o emprego de uma proposição em desacordo com o conjunto de razões da *Weltbild* sequer poderia constituir-se como discordante, pois, nesse caso, a compreensão lingüística não seria possível.<sup>6</sup> Proposições não poderiam sequer ser falsas senão em relação a uma imagem de mundo. E que as práticas devam guardar a possibilidade de alteração quer dizer que alguns fatos poderiam interromper o seu curso normal, de modo que a necessidade envolvida nelas seria dissolvida.

Signo da objetividade dessa certeza básica, não é possível renunciar proposições gramaticais sem que todos os juízos desmoronem ao mesmo tempo.<sup>7</sup> Em algum sentido, a afirmação do § 422 Da Certeza registra uma tensão, pois é o fato de a certeza ser objetiva e não poder ser infalível que possibilita a suspeita de pragmatismo. Ora, os §§ 411, 414, 415 e 419 assinalam o quanto certas proposições traduziriam aspectos condicionais ao funcionamento dos jogos de linguagem. Ao tempo que os §§ 420 e 421 afirmam que as regras que condicionam o uso da linguagem não poderiam ser determinantes absolutos.

A arbitrariedade característica do condicionamento gramatical não permite que o estatuto lógico da necessidade seja comprometido.<sup>8</sup> E, com isso, a autonomia da gramática está resguardada. Além do mais, ao situar as condições lógicas da significação no terreno das práticas, Wittgenstein retira das regras constitutivas dos jogos de linguagem o peso ontológico marcado pela atribuição de essência às proposições que funcionam como unidades elementares da significação.<sup>9</sup>

É signo da função especial desempenhada por essas proposi-

ções que um jogo de linguagem permaneça o mesmo, caso proposições consideradas verdadeiras em um tempo passassem a ser consideradas falsas e vice-versa. Afinal de contas, proposições no interior de um jogo de linguagem devem ter sentido, de sorte que ser verdadeira em um momento não pode apagar a possibilidade de ser falsa em outro. Porém, se alterada alguma proposição de base, “não mais se pode dizer que jogamos o mesmo jogo”.<sup>10</sup> Dessa maneira, temos delineados dois níveis do discurso distinguíveis pela função que exercem nos jogos de linguagem: o nível das proposições gramaticais e o nível das empíricas. O nível das proposições gramaticais marcaria a possibilidade dos jogos de linguagem, pois não haveria descrições sem essas proposições de base. Uma proposição gramatical, como salientamos, pode tornar-se empírica e vice-versa. No entanto, essa possibilidade não compromete a relação de condicionamento entre gramatical e empírico.

### III.

A arbitrariedade com que certos juízos são estabelecidos, como base de nossas operações judicativas, parece permitir a suposição de que uma proposição é verdadeira se serve a determinados propósitos, de tal sorte que uma *Weltbild* seria adquirida conforme a sua eficácia em dar conta de certas situações. No entanto, para além de toda dúvida razoável, a certeza em relação a certos juízos deve subsistir, porque condicional às operações judicativas. Wittgensten afirma, por exemplo, estar certo de que vive no mesmo quarto há semanas e que a sua memória não o engana, assim como está certo de que vive agora na Inglaterra, e não é possível um engano razoável a esse respeito. Porém, é possível que muitas pessoas entrassem em seu quarto e declarassem o contrário ou mesmo apresentassem provas. Ora, nesse caso, ou se veria como louco entre normais, ou como normal entre loucos.<sup>11</sup> É verdade que poderia, com isso, até alimentar alguma dúvida a respeito de estar na Inglaterra, mas, mesmo quando a possibilidade de dúvida é claramente legítima, a ausência de dúvida não falsificaria necessariamente o jogo de linguagem.<sup>12</sup>

Mesmo quando possível, uma dúvida não é necessária. E, talvez, ao lançar mão da dúvida, os modos de descrição é que se veriam contrariados a ponto de tornar fluido o que o modo de agir

tomara como rígido. Todavia, com isso se falsificaria o jogo de linguagem, pois esta dúvida não se dirigiria a uma descrição, mas às condições lógicas da descrição. Assim, diante de uma legião de pessoas que contrariassem um juízo do gênero “eu estou na Inglaterra”, poderia apenas se situar como desagregado, no sentido de que o resto de suas convicções o constrangeria a não abandonar tal juízo. Afinal, “para onde quer que se voltem os meus pensamentos e como quer que eles sejam, confirmam-me que estou na Inglaterra”.<sup>13</sup> No entanto, isso não quer dizer que esteja excluída a possibilidade de que ocorra algo capaz de fazer ruir a base dos jogos de linguagem, o que não é senão decorrente de que a constituição da significação ocorre no interior das práticas lingüísticas. É essa, ao que nos parece, a causa de um aparente pragmatismo, o qual deve ser prontamente recusado.

O conhecimento parece repousar sobre o reconhecimento, pois a base constituída pelas proposições (resultado de convenções), “sem expressar qualquer conhecimento, fornece regras gerais para as operações de combinação e de comparação conceituais que levam ao conhecimento”.<sup>14</sup> E não é por um processo inferencial que chegamos ao que essas proposições enunciam. Elas descansam, afinal, na base dos processos judicativos, sendo contadas como certas “para além de toda dúvida razoável”.<sup>15</sup>

#### IV.

Em *Remarks on the Philosophy of Psychology*, diz Wittgenstein, “eu não estou a dizer que se uma proposição for útil, é verdadeira”.<sup>16</sup> Essa afirmação justifica a negativa à pergunta que lhe atribui o título de pragmatista, como enunciado em nossa epígrafe. Tal atribuição envolveria um equívoco em relação à idéia de que apenas o uso pode conferir um sentido à proposição. Em resposta à suspeita de pragmatismo, Wittgenstein reitera que é somente no interior da dinâmica dos jogos de linguagem que uma proposição tem sentido. Isso, depois de um bloco de observações no qual recusara que o significado seja tributário de estados mentais, quer dizer, a certeza à qual se reportam as regras gramaticais e que nos permite ver regularidades não se trata de uma que seja articulada em um cenário mental a partir do qual se passaria a atribuir necessidade às nossas ações. Antes, essa certeza se relaciona intrinseca-

mente com o estabelecimento de critérios que garantem a objetividade das expressões lingüísticas, i. e., conferem garantias de que empregamos as palavras da mesma maneira. É nesse sentido que uma dúvida que pretendesse pôr em questão as condições mínimas dos jogos de linguagem não encontraria recursos simbólicos com que se formular, pois não assimilaria a certeza a respeito do significado das palavras. Em outros termos, alguém que duvidasse de tudo não estaria em condições de ter certeza acerca do fato de que por “dúvida” significa o que comumente significamos.

Em sendo assim, importa a esse bloco de observações, ao final do que Wittgenstein recusa a atribuição de pragmatismo, explorar a idéia de que o domínio do significado de uma palavra não pode ocorrer com independência de seu uso. O que envolve dois traços, a nosso ver, característicos de Da Certeza: (1) a significação é constituída no interior de práticas lingüísticas; (2) apenas no uso uma palavra tem significado. Assim, dominar uma linguagem implica o domínio de um conjunto de técnicas de articulação de expressões lingüísticas.

Porém, qual pragmatismo Wittgenstein tem em conta ao dizer que não passa de um equívoco supor que ele seja pragmatista? Ora, Wittgenstein resiste à filiação ao pragmatismo porque não entende que a verdade proposicional esteja atrelada à utilidade, o que não seria senão confundir o significado como relacionado ao uso com o significado como relacionado à utilidade do uso. Há uma conexão interna entre o uso e o significado, mas não uma conexão de tal gênero entre o uso e a verdade. Com efeito, ele não pretende dizer que uma proposição é certa, caso seja útil, antes sim, que a certeza perfeita é uma questão de atitude. Em sendo assim, o pragmatismo cuja atribuição Wittgenstein rejeita trata-se daquele sumarizado por Moore em “William James’ Pragmatism”. Nesse texto, Moore sumariza o pragmatismo de William James tal como este o expusera em *Pragmatism: A New Name for some Old Ways of Thinking*. Assim, Moore distingue três traços que marcam esse pragmatismo no que diz respeito à verdade, a saber: (1) uma conexão entre a verdade e a ‘verificação’ ou a ‘utilidade’. Nossas idéias verdadeiras seriam aquelas que possuem aplicação clara, no sentido de que elas podem ser verificadas ou utilizadas; (2) a objeção à compreensão da verdade como ‘estática’ ou imutável’. Em



algum sentido, a verdade é mutável; (3) a verdade corresponde a uma produção humana.<sup>17</sup> Porém, indicar qual perspectiva pragmatista Wittgenstein recusa não significa dizer que Wittgenstein não recusaria outra perspectiva pragmatista. Afinal de contas, Wittgenstein trata de reiterar que recusa a atribuição dessa modalidade de pragmatismo à sua reflexão, e não que aceita qualquer outra.

## V.

Assim, certos fatos, “uma vez elaborados no interior de práticas diversas, ganham o estatuto convencional de regras para o uso do simbolismo”.<sup>18</sup> Como tais regras devem dar conta das situações cujos limites elas exprimem, uma *Weltbild* deve mostrar-se capaz de dar conta das situações cujos limites condiciona, mas que não poderia prever de modo absoluto. Embora os lances de um jogo de linguagem estejam subordinados às regras de uso, o jogo de linguagem não deixa de ser imprevisível, pois novas manipulações podem ser inventadas. Desse modo, os aspectos normativos que condicionam as práticas lingüísticas correspondem a acordos prévios, no sentido de que o curso das práticas considera o engajamento em torno deles como essencial à construção da objetividade. O significado como constituído pelo uso quer dizer também que a certeza não se sedimenta sozinha, e que seguir regras não seria um produto de nosso arbítrio, como se pudéssemos decidir pela verdade ou falsidade de uma proposição de acordo com sua utilidade.

As proposições que descrevem uma imagem de mundo estruturam o discurso significativo, porquanto expressam limites conceituais. Porém, como assinala Schulte, não é fácil reconhecer, nas proposições aludidas por Wittgenstein em *Da Certeza*, essas formas estruturantes.<sup>19</sup> O que seria inversamente proporcional à dificuldade com que podemos imaginar um contexto significativo para proposições como “a terra existiu há muito tempo antes de meu nascimento” ou “eu jamais fui uma mulher”. Por conseguinte, a mitologia, que marca a linha divisória entre os níveis do discurso, não parece impregnar-se dos elementos envolvidos por essas proposições, nas quais não se reconhece uma estrutura fundante do discurso. A caracterização das proposições que descrevem uma imagem de mundo não é dúctil a essas proposições. Proposições

gramaticais relativas às cores expressariam melhor a função desempenhada por proposições que descrevem uma imagem de mundo. Uma proposição do tipo “A é um objeto físico” seria uma dessas proposições empregadas como regras de articulação simbólica, uma vez que estabelecida em um nível do discurso no qual não é significativo se perguntar pela sua verdade. Afinal, uma tal proposição em contexto gramatical corresponde à explicitação do significado das expressões “objeto físico” ou “A”.<sup>20</sup>

Ora, as proposições às quais Wittgenstein alude em *Da Certeza* são todas elas ou, quando menos, em grande parte, proposições que descrevem uma imagem de mundo. Afinal de contas, estruturam o quadro de referências com o qual deve contar o uso de expressões lingüísticas, por desenhar um horizonte em torno do qual são traçados os limites do significativo.<sup>21</sup> Dizer que uma proposição é empregada como gramatical significa que não se trata de uma proposição temporal (“Also nicht temporal”).<sup>22</sup> Afinal, não se trataria de uma hipótese a ser confirmada ou infirmada pela experiência. Porém, por ser zeitlos uma proposição, não quer dizer que tenha “um fundamento atemporal e extralingüístico”, mas que expressa relações internas, ou seja, exprime relações entre certas palavras que a constituem como um paradigma lingüístico.<sup>23</sup> E assim a desimportância do acento subjetivo é signo de que, tal como não teria sentido a negação de uma proposição gramatical, não teria sentido dizê-la em circunstâncias normais, pois ela nada acrescentaria à descrição.<sup>24</sup> Isso significa que modelos prévios e, no entanto, resultantes de nossas práticas, desenham modos de lidar com o mundo, no sentido de que expressam limites conceituais, demarcando as elaborações simbólicas possíveis.

O jogo de linguagem caracteriza-se por variações e, a despeito disso, a nossa certeza é uma constante.<sup>25</sup> Dessa forma, se por um lado a forma de julgar não poderia ser uma abstração, a ponto de fazer com que componentes gramaticais sejam hipostasiados em determinantes absolutos e universais; por outro, não poderia haver, e. g., oposição entre a certeza matemática e a relativa incerteza empírica. A construção da certeza matemática, tal como essa certeza básica que acompanha a produção de proposições empíricas, resultaria, por essa perspectiva, de um conjunto de atividades humanas que podem ser afetadas por esquecimentos, lapsos e confu-

sões.<sup>26</sup> Nesse sentido, a possibilidade do erro deve ocupar um lugar especial em nossas elaborações simbólicas.

Todavia, os limites do erro são postos pelos quadros conceituais desenhados em função das proposições gramaticais. A afirmação de que a certeza com a qual contamos é resultante do resto de nossas ações envolve duas ordens de argumentos. De um lado, significa que essa certeza não pode ser constituída à revelia da experiência; de outro, a possibilidade do erro é lógica à medida que deve inscrever-se nas regras que governam o jogo. Ou seja, o erro só pode ser uma exceção e seus limites devem ser definidos gramaticalmente.

É possível que a certeza veiculada por proposições gramaticais seja demovida, embora não sejam possíveis formulações judicativas fora da forma de julgar evocada por essa mesma certeza. Assim, a alteração da certeza diz respeito ao que tomamos como ponto assente de nossos juízos, e não que juízos sejam possíveis sem um campo de certezas ao qual se reportariam. Ao caracterizar proposições gramaticais como proposições que funcionam no sentido de apoiar a produção de proposições significativas, Wittgenstein entende que a certeza que essas proposições veiculam não poderia desfazer-se de um resíduo empírico, na medida em que corresponde a convenções linguísticas. Por conta disso, contanto que certos pontos de referência estejam salvaguardados, as nossas práticas se caracterizam por serem fluidas.

Wittgenstein situa as proposições da física e da aritmética no mesmo nível, no sentido de que a certeza com a qual contam é resultante de práticas contingentes. Assim, as proposições da aritmética são um bom exemplo do quanto a reflexão wittgensteiniana parece cair sob o epíteto de pragmatismo. Porém, não se trata de compreender essa certeza instalada em formas de vida como psicológica, pois que se trata de certeza gramatical. E Wittgenstein não deixa de protestar contra uma modalidade de interpretação que atribua à sua observação o caráter psicológico.<sup>27</sup> Mas por qual razão Wittgenstein nos preveniria de uma tal interpretação?

Uma vez que resultam de nossas atividades, as proposições gramaticais não se distinguem claramente das proposições empíricas. É que a certeza de nossas elaborações empíricas esteja situada no mesmo patamar da certeza de proposições da matemática acres-

centa mais uma razão para que não haja nítida distinção.<sup>28</sup> Situa-las, portanto, no mesmo nível das proposições matemáticas significa compreendê-las como dependentes do curso de nossos procedimentos. O número de objeções a essa observação, nem por isso, deve nos espantar, porquanto atribuir às proposições matemáticas o caráter de serem incontestáveis “como que oficialmente” (gleichsam offiziell) não deixa de ser um ofício de nossas práticas.<sup>29</sup> Assim como as nossas práticas são responsáveis pela evidência construída em torno de proposições gramaticais.

Na mesma medida em que as elaborações matemáticas não podem desfazer-se do caráter de atividade humana, a certeza aritmética não poderia se opor à certeza em relação aos juízos empíricos. E de tão entranhada em nossa forma de julgar, “o próprio Deus não pode me dizer nada acerca” de proposições que a veiculam.<sup>30</sup> Se a certeza matemática resulta do conjunto de nossas atividades e se uma proposição básica da matemática está fora de qualquer dúvida, então as proposições situadas fora do domínio da matemática devem também estar fora de dúvida.<sup>31</sup>

A resposta de Wittgenstein às eventuais objeções a essa observação envolve imaginar uma proposição que, embora não-matemática, trata do processo de um cálculo e é tão certa quanto uma proposição matemática: “Eu penso em uma proposição tal como: ‘Quando efetuada por pessoas que saibam calcular, a multiplicação  $12 \times 12$  resultará, na maior parte dos casos, em 144.’”<sup>32</sup> Por essa proposição não só se estabelece a certeza empírica no mesmo patamar da certeza envolvida por proposições matemáticas, como também se explicita o quanto a certeza matemática é resultante de convicções elaboradas no interior das práticas de uso de proposições matemáticas. É assim que essa proposição deverá resultar inconteste, e “naturalmente ela não é matemática”. Ademais, a certeza envolvida em nossas manipulações simbólicas implica que os componentes gramaticais que as condicionam possam manter-se autônomos em relação ao curso das práticas que os constituem necessários.

## NOTAS

<sup>1</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on The Philosophy of Psychology*, Vol. I, § 266.

<sup>2</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 422.

<sup>3</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 411.

<sup>4</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Logic in Action*, p. 126.

<sup>5</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 421.

<sup>6</sup> “The world picture is not true in the sense of not agreeing with actual states of affairs” (SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 331).

<sup>7</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 419. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 415.

<sup>8</sup> Cf. MORENO, Arley. Comentário de Arley Ramos Moreno “Erro, Ilusão, Loucura”. In: PRADO JR. Bento. *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*, p. 69. “Concordo plenamente que, desde o *Tractatus*, para Wittgenstein os conjuntos de leis naturais e de princípios básicos das imagens do mundo – os axiomas da mecânica e, posteriormente, as proposições gramaticais – não têm sentido, i. e., não possuem valor de verdade, e, ao mesmo tempo, possuem o caráter de necessidade e são arbitrários. Arbitrários, no sentido de que não resultam de inferências, mas de escolhas que poderiam ser outras. Todavia, não são arbitrários no sentido de que dão conta eficazmente das situações que exprimem (...)”.

<sup>9</sup> PRADO JR. Bento. . *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*, p. 31.

<sup>10</sup> PRADO JR.. *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*, p. 35.

<sup>11</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 420. A cena descrita pelo § 420 é esclarecedora, quer no sentido de que traduz de modo radical a idéia de que proposições gramaticais não contêm saber algum quer no sentido de que essas proposições veiculam aspectos lógicos em relação aos quais um erro não faria sentido. Trata-se então de afastar uma um certo acento subjetivo do emprego desses aspectos condicionais.

<sup>12</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 375.

<sup>13</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 421.

<sup>14</sup> MORENO, Arley. Comentário de Arley Ramos Moreno “Erro, Ilusão,

Loucura. In: \_\_\_\_\_. Erro, Ilusão, Loucura: ensaios, p. 58.

<sup>15</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 416.

<sup>16</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on The Philosophy of Psychology*, Vol. I, § 266.

<sup>17</sup> MOORE, Edward George. William James' "Pragmatism". p. 97-98.

<sup>18</sup> MORENO, Arley. Comentário de Arley Ramos Moreno "Erro, Ilusão, Loucura". In: PRADO JR., Bento. Erro, Ilusão, Loucura: ensaios. p. 59.

<sup>19</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 333.

<sup>20</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 36.

<sup>21</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*, p. 120: "We shall see that, like all others hinges [proposições gramaticais], personal hinges act as logical or grammatical rules; they are not empirical or epistemic propositions, but constitute the underived, inarticulate starting points of what it makes sense for an individual to say of herself. Within the set of personal hinges, I distinguish between autobiographical and perceptual hinges, the latter including both external perception and autoperception."

<sup>22</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 57.

<sup>23</sup> SALLES, J. C. *A Gramática das Cores em Wittgenstein*, p. 230.

<sup>24</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 58.

<sup>25</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 555.

<sup>26</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 651.

<sup>27</sup> "Minha observação é lógica, não é uma observação psicológica." (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 447).

<sup>28</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 455.

<sup>29</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 655.

<sup>30</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 554.

<sup>31</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 653: "Se a proposição 12 x 12 = 144 está fora de dúvida, então as proposições não-matemáticas também devem estar."

<sup>32</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 654.

## REFERÊNCIAS

BOUVERESSE, J. *Wittgenstein's answer to 'What is colour?'*. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle (ed.). **The Third Wittgenstein: the post-Investigations works**.

CONANT, James. *Wittgenstein on Meaning and Use*. **Philosophical Investigations**. n° 21/1998, p. 223-250.

HACKER, P.M.S. **Insight and Illusion: Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience**. Oxford: Clarendon Press, 1972.

MORENO, Arley. **Introdução a uma Pragmática Filosófica**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

MOORE, E. G. **Philosophical Studies**. London: Littlefield, Adms & Co, 1959.

MOORE, E. G.. *William James' "Pragmatism"*. In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Studies**.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. **Logic in Action: Wittgenstein's Logical Pragmatism and the Impotence Scepticism**. n° 23/2003, p. 125-148.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. **Understanding Wittgenstein's On Certainty**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. BRENNER, William H. (eds.). **Readings of Wittgenstein's On Certainty**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

PRADO JÚNIOR, B. **Erro, Ilusão e Loucura**. São Paulo: Editora 34, 2004.

SALLES, João Carlos. **O Retrato do Vermelho e Outros Ensaios**. Salvador: Quarteto Editora, 2006.

SALLES, João Carlos. **A Gramática das Cores e Wittgenstein**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. (Col. CLE; v. 35).

SCHULTE, J. **World-Picture and Mythology**. *Inquiry*. v. 31/1988, p. 323-334.

SCHULTE, J. *Within a System*. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle; BRENNER, W. H. (ed.). **Readings of Wittgenstein's On Certainty**.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da Certeza**. Trad. Por Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1990. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

WITTGENSTEIN, Ludwig. **On Certainty**. Trad. por Denis Paul e G.E.M. Anscombe. New York: Harper Torchbookz, 1972.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Remarks On The Philosophy Of Psychology**. Oxford: Basil Blackwell, 1998. Vol. I e II.